

# CONCURSO PÚBLICO



## Cachoeiro

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES

**DATA: 06/01/2008 - DOMINGO / MANHÃ**

**CARGO:**

**S39 - Procurador**

### ATENÇÃO

O **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 3 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. O candidato só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça o documento de identidade e seus demais pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será afixado no mural da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e disponibilizado no site [www.concursofec.uff.br](http://www.concursofec.uff.br), na data estabelecida no Cronograma Previsto.

# LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Vidas Secas

Graciliano Ramos

1 Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão as sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

2 Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que ele era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

3 O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

4 Ai Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler ( um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra.

5 O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, engançou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatos de couro cru batendo no chão como cascos.

6 Foi até a esquina, parou, tomou fôlego. Não deviam tratá-lo assim. Dirigiu-se ao quadro lentamente. Diante da bodega de seu Inácio virou o rosto e fez uma curva larga. Depois que acontecera aquela miséria, temia passar ali. Sentou-se numa calçada, tirou do bolso o dinheiro, e examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza.

7 -Ladroeira.

8 Nem lhe permitiam queixas. Porque reclamara, achara a coisa uma exorbitância, o branco se levantara furioso, com quatro pedras na mão. Para que tanto espalhafato?

9 -Hum! Hum!

*Vidas secas*. 2ª. edição. São Paulo: Martins. 1968.

1. O objetivo do texto é destacar o comportamento:

- A) autoritário de Fabiano, diante de sua mulher, Sinhá Vitória;
- B) firme de Fabiano, diante da autoridade representada pelo patrão;
- C) submisso de Fabiano, diante daquele que detém alguma parcela de poder, como o patrão;
- D) agressivo de Fabiano, diante do autoritarismo do patrão;
- E) revoltado, em relação à mulher, que sempre errava nos cálculos que fazia.

2. Em: "...Fabiano ajustou o gado..." (1º§), a concordância verbal está correta, o que **NÃO** se pode afirmar, entretanto, de um dos itens a seguir; assinale-o:

- A) Cada um resolverá os seus próprios problemas.
- B) Vinte por cento dos idosos participou do evento.
- C) Assinou o acordo o prefeito e o governador.
- D) Chegaram cerca de dez pessoas.
- E) Paula é as alegrias do tio.

3. A concordância nominal está perfeita em: "... a transação meio apalavrada..." (1º§), o que **NÃO** ocorre em uma das alternativas abaixo; marque-a:

- A) Eram questões o mais difíceis possível.
- B) Tratava-se de crianças-prodígio.
- C) Comprei um e outro livro.
- D) Anexas, seguem as notas dos alunos.
- E) Vendemos dois vestidos cinzas.

4. No trecho: "...Fabiano voltou à cidade..." (1º§), o acento indicativo da crase foi devidamente empregado, o mesmo, porém, **NÃO** se verifica em um dos itens a seguir; indique-o:

- A) Refiro-me a isto e não àquilo.
- B) Sempre chego cedo à casa.
- C) Os marinheiros retornaram à terra natal.
- D) O jogo agradou às alunas.
- E) Apesar de a qual aludi já chegou.

5. Em: "... conhecia o seu lugar." (4º§), a regência verbal está correta. Assinale a opção em que a regência verbal **CONTRARIA** as regras gramaticais vigentes:

- A) Este era o cargo a que tanto aspiravam.
- B) Este foi o livro de que mais gostei.
- C) Foi a pessoa a quem redigi uma carta.
- D) São vizinhos a quem cumprimentamos.
- E) Eram amigos em quem confiávamos.

6. Na passagem: "...era proveniente de juros." (2º§), a regência nominal está perfeita. Marque o item em que a regência nominal foi **INDEVIDAMENTE** empregada:

- A) Este assunto é pertinente à matéria.
- B) Estivemos atentos a todas as suas determinações.
- C) Paulo é bacharel em Direito.
- D) O mar é fértil em peixes.
- E) Meu quarto era contíguo com o seu.

7. Indique a opção que apresenta, pelo menos, um **ERRO** de flexão de plural:

- A) grão-duques / grãos-de-bico / Ave-Marias;
- B) sempre-vivas / gentis-homens / os pisa-mansinho;
- C) guardas-noturnos / guardas-mores / altos-falantes;
- D) navios-escola / os leva-e-traz / os corre-corres;
- E) intervenções médico-odontológicas / mangas-rosa / couves-flores.

8. Em: “Não se conformou:...” (2º§), o pronome oblíquo átono está corretamente colocado, o que também se pode afirmar de uma das alternativas a seguir; assinale-a:

- A) Jamais se registrou o ocorrido.
- B) Revelariam-me a verdade.
- C) Que Deus proteja-nos sempre!
- D) Tinha contado-me o episódio.
- E) Quando encontrou-se comigo, saímos.

9. No trecho: “Não se conformou: devia haver engano.”, a pontuação está correta mas o mesmo **NÃO** acontece no seguinte item:

- A) Chegando ao trabalho, avise-me.
- B) Você brinca; ele estuda.
- C) Respeite seus pais, Maria!
- D) O Serviço Nacional de Meteorologia, previu tempo bom para amanhã.
- E) Ele disse: “- Saiam todos!”.

10. O item que apresenta o significado do elemento mórfico destacado **INADEQUADO** é:

- A) **Cata** (movimento para baixo) em catabolismo.
- B) **Ab** (afastamento) em abjeto.
- C) **Ad** (direção, movimento para) em admiração.
- D) **Eu** (bem, excelência) em eufonia.
- E) **Soto** (posição superior) em sotopor.

11. Em: “...devia haver **engano**.” (2º§), a palavra em negrito desempenha uma função sintática representada pela seguinte oração em destaque;

- A) É urgente **que nos auxilie**.
- B) Seu desejo foi **que chegassem bem**.
- C) Aguardávamos **que despachassem nosso pedido**.
- D) Saiu cedo **ainda que estivesse cansada**.
- E) Carecíamos **de que nos comprasse o medicamento**.

12. No trecho: “...obteve a explicação **habitual**...” (1º§), a palavra em negrito apresenta, respectivamente, a classe gramatical e a função sintática de:

- A) advérbio / adjunto adverbial de modo;
- B) adjetivo / adjunto adnominal;
- C) adjetivo / complemento nominal;
- D) advérbio / adjunto adverbial de tempo;
- E) adjetivo / predicativo do sujeito.

13. O item que apresenta, pelo menos, uma palavra **INCORRETAMENTE** grafada é:

- A) admoestar / adquirir;
- B) jabuti / empecilho;
- C) étimo / étnico;
- D) adverso / óbolo;
- E) receioso / possuir.

14. A alternativa que apresenta um exemplo em que houve troca das palavras, homônimas ou parônimas, indicadas dentro dos parênteses é:

- A) O médico proibiu-lhe toda gordura; só lhe prescreveu comidas leves (prescrever - proscrever);
- B) Maus augúrios imergiram do pesadelo de meu irmão (imergir - emergir);
- C) Não tinha direito a férias, porque ainda era um funcionário incipiente (incipiente - insipiente);
- D) Esta palavra não é escrita com apóstrofo (apóstrofo - apóstrofe);
- E) Perdi o horário da sessão do cinema (sessão - cessão).

15. O item que apresenta um **ERRO** gramatical é:

- A) Nenhum problemas foram resolvidos por ele.
- B) Nenhuma divergência há entre mim e ti.
- C) Preciso falar consigo.
- D) Estes foram os sós argumentos apresentados.
- E) Entre eu falar e você cantar, prefiro que cante.

16. A alternativa em que a oração **NÃO** apresenta sujeito é:

- A) Trovejavam de raiva nossos amigos.
- B) Poderá haver ingressos à venda na bilheteria.
- C) Feriu-se durante o tiroteio.
- D) Vive-se bem aqui.
- E) Aludiu-se a situações passadas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. A validade do negócio jurídico requer:

- A) capacidade relativa de uma das partes;
- B) objeto de direito ou da obrigação comum;
- C) forma prescrita ou não defesa em lei;
- D) objeto lícito e indeterminável;
- E) escritura pública.

18. São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de:

- A) erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- B) prazos de meses e anos extintos no dia de igual número do de início;
- C) negócios jurídicos entre vivos que não apresentarem prazos;
- D) motivo determinante da liberdade, salvo quando expressamente escrito no negócio jurídico;
- E) contratos que estabeleçam benefício do credor ou de ambos os contratantes.

19. É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa:

- A) relativamente incapaz;
- B) absolutamente incapaz;
- C) não autorizada em lei;
- D) maior de 55 anos de idade;
- E) que não possua objeto lícito.

20. Em se tratando de prescrição é correto afirmar que prescreve em:

- A) dois anos a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;
- B) cinco anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se venceram;
- C) cinco anos a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;
- D) três anos a pretensão de reparação civil;
- E) um ano a pretensão para ressarcimento de enriquecimento sem causa.

21. Pedro Henrique, 16 anos, deveria ser assistido por seu curador na prática de determinado ato. Como não o foi, o ato é:

- A) juridicamente inexistente;
- B) nulo de pleno direito;
- C) anulável;
- D) plenamente válido;
- E) insusceptível de anulação, pois perfeito e acabado.

22. Para o adimplemento e extinção das obrigações o pagamento deverá ser feito:

- A) no domicílio do devedor;
- B) no domicílio do credor;
- C) onde o devedor escolher;
- D) no local em que foi celebrada a obrigação;
- E) no local designado pelo devedor, quando dois ou mais lugares.

23. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

- A) expor os fatos de maneira inversa a ordem judicial;
- B) usar do processo para conseguir objeto legal;
- C) deduzir pretensão de fato incontroverso;
- D) provocar fatos infundados dentro do processo;
- E) alterar a verdade dos fatos.

24. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes quando este comprometer a:

- A) ordem processual.
- B) rápida solução do litígio ou dificultar a defesa;
- C) conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;
- D) comunhão dos direitos e obrigações da lide;
- E) afinidade de questões por fato comum ou de direito.

25. Far-se-á a citação por edital quando:

- A) o réu não puder ser encontrado;
- B) desconhecido ou incerto o réu;
- C) o réu não souber o endereço;
- D) o lugar onde se encontrar o réu for perigoso;
- E) for ignorado o lugar em que se encontrar o autor.

26. Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando:

- A) o processo ficar parado por mais de seis meses;
- B) o juiz rejeitar o pedido do autor;
- C) o juiz indeferir a petição inicial;
- D) o réu reconhecer a procedência do pedido;
- E) as partes acordarem.

27. Observar-se-á o procedimento sumário nas causas qualquer que seja o valor:

- A) de ressarcimento por danos causados em prédio urbano ou rústico;
- B) na cobrança de valor indeterminável;
- C) para o processo de execução;
- D) de ressarcimento de danos causados em acidentes aéreos;
- E) na cobrança de honorários, mesmo aqueles casos previstos em legislação especial.

28. São fundamentos da República Federativa do Brasil EXCETO:

- A) a soberania;
- B) a cidadania;
- C) o pluralismo político;
- D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- E) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

29. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- A) eficácia, legalidade, moralidade, agilidade e impessoalidade;
- B) publicidade, eficiência, moralidade, legalidade e eficácia;
- C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- D) moralidade, eficácia, publicidade, agilidade e impessoalidade;
- E) Impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade.

30. Compete aos Municípios instituírem imposto sobre:

- A) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- B) transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos;
- C) propriedade de veículos automotores;
- D) renda e proventos de qualquer natureza;
- E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

31. Observadas certas regras os bens de domínio dos Estados e dos Municípios podem ser desapropriados. Desse modo um bem de:

- A) um município pode ser desapropriado pela União ou pelo Estado;
- B) um município pode ser desapropriado pela União, pelo Estado ou pelos Municípios limítrofes;
- C) um Estado pode ser desapropriado pela União ou pelo Município onde estiver localizado;
- D) domínio de uma pessoa jurídica de direito público só pode ser desapropriado por prévia autorização legislativa federal;
- E) um Estado ou de um Município independe de autorização legislativa quando o poder desapropriante for, respectivamente, a União ou o Estado.

32. Dentre os princípios que devem ser obedecidos pela Administração um exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento para as necessidades da comunidade e de seus membros. Esse verdadeiro dever da boa administração é o princípio da:

- A) impessoalidade;
- B) ilegalidade;
- C) moralidade;
- D) publicidade;
- E) eficiência.

33. Certa empresa pública pretende comprar um quadro de um artista famoso e consagrado para colocar no saguão de entrada da sede. Nesse caso:

- A) pode fazê-lo sem licitação pois a empresa pública não está sujeita a ela;
- B) a licitação pode ser dispensada;
- C) a licitação pode ser inexigível;
- D) deve abrir um concurso e possibilitar a outros artistas a oportunidade de apresentação de propostas sobre o mesmo tema;
- E) a licitação deve ser feita vencendo aquele que, nos termos da lei, apresentar a melhor proposta.

34. Dentre outras, são causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário respectivamente:

- A) a remissão, imunidade e a decadência;
- B) transação, pagamento e evasão;
- C) o depósito integral, a compensação e a isenção;
- D) a isenção, a anistia e a moratória;
- E) a conversão do depósito em renda, a elisão e a prescrição.

35. Em matéria de lançamento é correto afirmar:

- A) Relativamente às penalidades aplica-se a lei mais favorável ao sujeito ativo (fisco);
- B) O lançamento caracteriza-se como uma atividade administrativa vinculada e obrigatória sob as penas de uma responsabilidade funcional;
- C) Na parte procedimental incide as leis em vigência na data em que se consumou a ocorrência do fato gerador;
- D) Na definição de hipótese de incidência, aplica-se a lei vigente na data do lançamento;
- E) O tributo após regularmente lançado pode ser impugnado somente pelo sujeito passivo ou seu representante legal.

36. O empregado, cujo contrato de trabalho é regido pela CLT, que tiver 32 faltas injustificadas durante todo o período aquisitivo:

- A) não terá direito às férias;
- B) terá direito a 30 dias corridos de férias;
- C) terá direito de gozar 24 dias corridos de férias;
- D) terá direito de gozar 18 dias corridos de férias;
- E) terá direito de gozar 12 dias corridos de férias.

37. Ocorre a suspensão do contrato de trabalho quando a empregada:

- A) comparece à sessão do Tribunal de Júri, tendo em vista prévia convocação para exercer a função de jurada;
- B) grávida sofre aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial e conseqüentemente tem direito a duas semanas de descanso;
- C) falta 2 dias consecutivos de serviço por motivo de falecimento do cônjuge, descendente, ascendente ou irmão;
- D) é eleita para exercer cargo de diretora, não permanecendo subordinada jurídica inerente a relação de emprego;
- E) estiver comprovadamente realizando prova de exame em vestibular para ingresso em estabelecimento em estabelecimento de nível superior.

38. Para fins da Lei nº 8.666/93 considera-se obra:

- A) toda construção de caráter urgente que será executada pela administração pública;
- B) qualquer construção ou reforma necessária para a conservação dos bens imóveis públicos;
- C) toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;
- D) toda e qualquer atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração;
- E) toda aquisição necessária à conservação da Administração.

39. Segundo o Código Tributário Municipal o sujeito passivo da obrigação tributária principal é:

- A) pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária;
- B) somente pessoa física obrigada ao pagamento de tributo;
- C) somente pessoa jurídica obrigada ao pagamento de tributo, taxa ou imposto;
- D) qualquer pessoa pública geradora de prestação de serviço;
- E) pessoa jurídica pública ou privada obrigada ao pagamento de tributo pecuniário.

40. Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, às taxas pela utilização dos serviços referentes à tais bens e à contribuição de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes:

- A) que passam obrigatoriamente à condição de devedor subsidiário;
- B) e serão cobrados judicialmente em qualquer hipótese;
- C) devendo oferecer recurso à Administração Pública para isenção do pagamento;
- D) em qualquer hipótese prevista no instrumento público;
- E) salvo quando constem do título a prova de sua quitação.